

Juiz condena fortalecimento do Congresso

Presidente do TSE acha nova Constituição muito grande e prevê mais dificuldades

BRASÍLIA — O projeto de Constituição aprovado no primeiro turno apresenta incoerências que se não forem corrigidas no segundo turno criarão dificuldades ao País: "O texto é excessivamente grande e altera as relações entre os três poderes, fortalecendo excessivamente o Legislativo", afirmou o ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Oscar Dias Correa.

Cotado para o Ministério da Justiça em substituição a Paulo Brossard, que seria deslocado para uma vaga no STF, Oscar Correa acha que a Constituinte cria ônus excessivos para a União, ao mesmo tempo em que lhe tira receitas. Num discurso identificado com o do Poder Executivo, ele criticou o capítulo dos Direitos Sociais aprovado pela Constituinte, dando co-

mo exemplo os direitos trabalhistas, "que os patrões não terão condições de cumprir". E foi mais além: as greves em setores considerados essenciais não devem ser toleradas. Referindo-se às recentes greves do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, garantiu: "Se fosse comigo, isso não aconteceria". A solução, disse, é o Banco do Brasil treinar pessoal em compensação e, sempre que for deflagrada uma greve, demitir os funcionários que não voltarem ao trabalho em 24 horas, substituindo-os por candidatos treinados e aprovados em concurso.

Embora frisando que a obrigação do patrão é pagar bem, Oscar Correa entende que a demissão é o instrumento ideal de repressão às greves, a exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos em 1987, quando o presidente Ronald Reagan mandou demitir todos os operadores de voo que participaram nas paralisações.

COMO CIDADÃO

O ministro deixou claro que critica a Constituinte "como cida-



Correa: desequilíbrio

Lucena acha declaração infeliz

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), considerou "infeliz" a declaração feita ontem pelo ministro Oscar Dias Correa, afirmando que a aprovação do texto constitucional elaborado em primeiro turno trará sérios prejuízos ao País. Para o senador, a declaração foi inadequada pelo fato de o ministro ser presidente de uma das mais altas cortes do Poder Judiciário, o Tribunal Superior Eleitoral, além

de ministro do Supremo Tribunal.

Humberto Lucena comentou, ainda, não acreditar na propalada sabotagem que estaria sendo armada contra a Constituinte, com o fim de impedir a promulgação da Nova Carta neste ano. "Custo a crer que isso aconteça", disse ele, observando, porém, que "se o presidente Ulysses Guimarães está preocupado com essa possibilidade é porque deve ter informações sobre o assunto".

Contudo, o relator Bernardo Cabral supõe que, dificilmente, a Constituição esteja pronta antes do final de outubro. "Muitos empresários têm interesse no adiamento dos trabalhos; o mesmo acontecendo com o governo, que não deseja perder verbas com a reforma tributária." O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) comentou, por sua vez, que ao PMDB também interessaria o adiamento.

dão e jurista", negando qualquer relação entre as críticas e a sua possível nomeação para o Ministério da Justiça. Ou com a visita que fez ao presidente Sarney, na sexta-feira, no Palácio da Alvorada. "Fui apenas pedir ao presidente que apressasse a liberação de recursos para a realização das eleições", disse. Depois lembrou que Sarney e o próprio deputado e presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, também já fizeram críticas à Constituinte, mas garantiu que, quando a Constituição for promulgada, sua obrigação será apenas uma: lutar pelo seu cumprimento. E mesmo que o texto atual seja mantido, previu, "o povo brasileiro, muito sábio, embora tantos dirigentes não o sejam, arranjará uma solução".

Entre os muitos erros graves da Constituinte, o ministro destacou a retirada de poder do Supremo Tribunal Federal e do Executivo. No último caso, com a reforma tributária, que aumenta o repasse de receitas aos estados e municípios, "sem o repasse das correspondentes responsabilidades".

Constituintes cobram atitude do presidente

BRASÍLIA — Do plenário, três constituintes ontem cobram uma atitude do presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, exigindo resposta e repúdio às críticas do ministro Oscar Dias Correa. Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), José Genoíno (PT-SP) e Roberto Freire (PCB-PE) aproveitaram a rápida sessão das 16 às 16h30 para denunciar as declarações de Oscar Correa. Ontem não houve votação na Constituinte, por falta de quórum: estavam presentes apenas 195 parlamentares, 85 a menos do que o necessário.

Segundo Ferreira Lima, as palavras de Oscar Correa contribuem para "uma posição golpista". Na sua opinião, Ulysses deveria dar uma resposta tão incisiva quanto a que deu ao presidente José Sarney, quando ele disse, através de cadeia nacional de rádio e TV, que a nova Constituição tornaria o País ingovernável. O constituinte também estranhou que as críticas tenham partido justamente do Judiciário, "poder considerado intocável pela própria Constituinte".

Para José Genoíno, as críticas do ministro Oscar Correa, pai do constituinte Oscar Correa (PFL-MG), "demonstraram que se não houver votação em segundo turno — como quer uma parte da Constituinte — a votação em primeiro turno não teve sentido real". Por isso pediu a punição dos faltosos.

Já o deputado Roberto Freire entregou a Ulysses uma nota de 17 linhas, também subscrita por outros seis deputados. Nela os parlamentares estranham como o ministro "investe contra a Constituinte exatamente na hora em que pesam sérias suspeitas de que setores antidemocráticos estejam procurando um confronto para esvaziar o processo de reconstitucionalização do País". Invocando outras investidas, a nota afirma que a Constituinte "não deve silenciar diante de declarações impertinentes, que visam criar na opinião pública perplexidade prejudicial à consolidação de nossa vida democrática". Finalmente, manifesta esperança de uma reação do presidente Ulysses Guimarães, "sempre vigoroso e claro, jamais omisso na defesa da Constituinte".

SILÊNCIO

Porém, ao responder às três questões de ordem, Ulysses se limitou a questionar os faltosos, não tocando, em nenhum momento, nas declarações do ministro Oscar Correa, nem nos pedidos de resposta. Disse apenas que já na semana passada mandou recados telefônicos e telegramas aos gabinetes e residências dos constituintes em Brasília e em seus Estados para que ontem houvesse quórum. Enfim, disse esperar que hoje o quadro mude.

Ulysses quer mais pressa na votação

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, está empenhado desde ontem em encontrar "procedimentos mais rápidos" para concluir as votações de segundo turno e promulgar logo a nova Constituição. O plano de Ulysses — concebido durante reunião, no início da noite, com o relator Bernardo Cabral e o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim — é reunir destaques de consenso em blocos e aprová-los ou rejeitá-los numa só votação, "sem atropelar nada nem prejudicar a qualidade do texto".

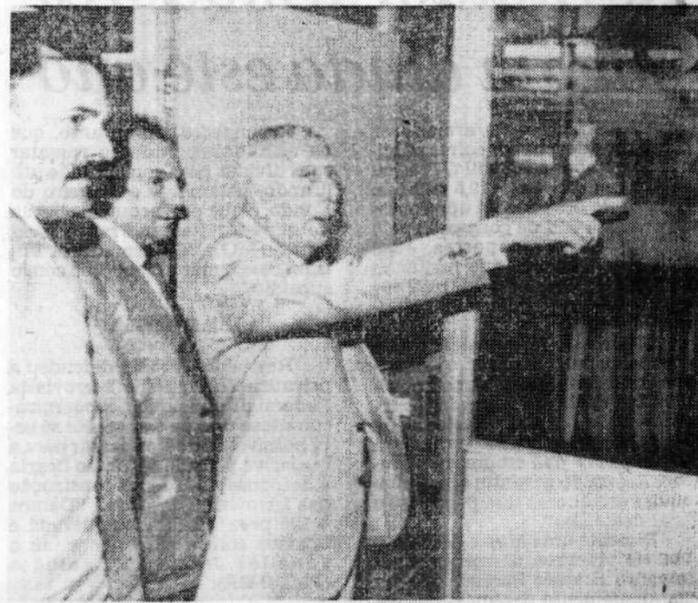
"Se trabalharmos com rapidez, adotando medidas racionais, teremos o texto pronto e votado até o final do mês, no máximo no começo de setembro", previu Ulysses, que afastou definitivamente a ideia de que a futura Carta seja promulgada dia 7 de setembro: "Não quero concorrência de outra data histórica. Vamos fazer uma data independente e autônoma, para também virar História".

Ulysses usou o horário da noite de ontem do Diário da Constituinte para fazer um apelo aos constituintes para que compare-

çam às votações. Disse compreender a importância do trabalho dos parlamentares nas bases em época de convenções partidárias, mas observou que as eleições não podem monopolizar suas atenções. "A Constituição tem primazia", ressaltou.

Pelas contas de Ulysses, se em cada sessão forem votados 32 destaques, com três sessões em tempo integral, de terça a quinta-feira, mais uma sessão vespertina na segunda-feira, será possível votar o segundo turno em 15 dias de trabalho. Até o momento, foram votados destaques supressivos até o artigo 5º, e os líderes já negociaram a votação até o artigo 14.

Os apelos de Ulysses aos constituintes estão sendo feitos também pessoalmente e em conversas com governadores e coordenadores de bancadas. No programa de ontem do Diário da Constituinte, ele pediu também às mulheres, filhos e amigos dos constituintes que lhes transmitam o pedido, caso eles não tenham ouvido o recado, na esperança de que surja uma corrente de cobranças para os parlamentares irem votar.



André Dusek/AE

A Jobim e Cabral, Ulysses aponta prazo: 7 de setembro

Cabral denuncia atraso intencional

BRASÍLIA — O relator-geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, denunciou, ontem, a existência de "grupos interessados em atrasar o processo constituinte". Cabral disse não dispor de dados para identificar esses grupos, mas apontou a persistente falta de quórum, nas sessões da Assembleia, como resultado do trabalho de boicote. Para o relator, o principal interessado nesse atraso é o governo federal, que "não aceita perder poder e está inconformado com a reforma tributária".

A denúncia do relator foi feita minutos depois de um encontro com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Apesar disso, Ulysses garantiu desconhecer qualquer tentativa de sabotagem: "Seria monstruoso e inaceitável", disse. E inocentou o Planalto: "A tarefa de mobilizar é nossa".

Bernardo Cabral disse ainda que se não forem adotadas urgentemente medidas objetivas para finalizar o segundo turno de votações, corre-se o risco de a Constituição ser concluída e promulgada somente em 1989. "Se passarmos de setembro ficará difícil promulgar este ano", previu. Cabral destacou também que o boicote ao trabalho da Constituinte prejudicará principalmente os atuais governadores e os futuros prefeitos, eleitos em novembro. "A reforma tributária, se atrasarmos a Consti-

tução, só entrará em vigor em 1990", lembrou.

Ainda segundo Bernardo Cabral, um indicio de que haveria uma articulação em andamento contra a Constituinte seria a defesa feita pelo empresário do setor siderúrgico, Jorge Gerdau Johannpeter, da mobilização das classes empresariais para esvaziar as sessões da Constituinte enquanto as supressões que interessam a elas não forem garantidas por acordo.

DISCRICÃO

Cabral e Ulysses também apresentaram avaliações diferentes para as críticas contra o projeto de Constituição feitas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Corrêa. O relator achou "muito estranha" a manifestação do ministro, porque, segundo ele, "os ministros do Supremo costumam ser discretos". Ulysses declarou simplesmente não ter tomado conhecimento das declarações de Corrêa. "Não vi nem li nada", afirmou, embora as tenha lido para Cabral.

O deputado baiano Luiz Eduardo Magalhães, vice-líder do PFL, não admitiu as acusações de Bernardo Cabral. "É mentira dizer que o governo não quer dar quórum às sessões da Constituinte", disse ele, enfático. "A prova disso é que pessoas como eu e o Carlos Sant'Anna, que somos ligadíssimos ao governo, não perdemos um só dia de trabalho."